

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
---	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.4 - Política de destinação dos resultados	5
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	6
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	7
3.7 - Nível de endividamento	8
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	9

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	10
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	13
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	14
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	15
4.5 - Processos sigilosos relevantes	16
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	17
4.7 - Outras contingências relevantes	18
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	19

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	20
5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	21
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	22
5.4 - Outras informações relevantes	23

Índice

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	24
6.3 - Breve histórico	25
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	26
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	27

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	28
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	29

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	30
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	31
8.3 - Operações de reestruturação	32

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	33
10.2 - Resultado operacional e financeiro	34
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	35
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	36
10.5 - Políticas contábeis críticas	37
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	38
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	39
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	40
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	41
10.10 - Plano de negócios	42
10.11 - Outros fatores com influência relevante	43

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	44
---	----

Índice

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	45
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	46
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	51
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	52
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	53
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	54
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	56
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	57
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	58
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	59
15.3 - Distribuição de capital	60
16. Transações partes relacionadas	
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	61
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	62
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	63
18. Valores mobiliários	
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	64
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	71
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	72

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	73
---	----

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	74
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	75
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	76
21.4 - Outras informações relevantes	77

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	78
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	79
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	80
22.4 - Outras informações relevantes	81

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

WOLF VEL KOSS TRAMBUCH

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor? SIM

Código CVM 2950-5

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social Veneziani Auditores Independentes

CPF/CNPJ 08.769.451/0001-08

Período de prestação de serviço 02/07/2007 a 31/12/2012

Descrição do serviço contratado Auditoria das demonstrações Financeiras

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço R\$ 2.400,00 por ano.

Justificativa da substituição

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Valdecir de Oliveira	02/07/2007 a 31/12/2012	127.713.908-33	Rua Padre Manoel da Nobrega, 21, conj 61, centro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01015-010, Telefone (11) 31049599, Fax (11) 31055051, e-mail: valdecir@venezianiaudidores.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1285-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	bdo auditores independentes sc
CPF/CNPJ	52.803.244/0001-06
Período de prestação de serviço	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	auditoria externa das demonstrações financeiras
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 16.000,00 por ano
Justificativa da substituição	Substituição de auditor a partir do inicio das atividades operacionais em janeiro de 2013

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
jairo da rocha soares	01/01/2013 a 01/01/2013	872.567.388-20	rua major quidinho, n. 90, 90, consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (11) 38485880, Fax (11) 30457363, e-mail: jairo.soares@bdobrazil.com.br

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)
Patrimônio Líquido	0,00	1.660.562,00	58.692,65
Ativo Total	0,00	131.875.381,00	61.191,89
Resultado Bruto	0,00	3.662.105,00	-41.326,09
Resultado Líquido	0,00	2.275.776,00	-41.326,09
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	0	0	273.205

3.4 - Política de destinação dos resultados

Não houve distribuição de dividendos nos exercícios passados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012
Lucro líquido ajustado		2.275.776,00	-41.326,09
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado		30,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor		0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total		673.907,85	0,00
Lucro líquido retido		1.387.357,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Outros						
Ordinária			673.907,85	31/12/2013		
Dividendo Obrigatório						
Ordinária					0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve distribuição de dividendos nos exercícios passados

3.7 - Nível de endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

não possui endividamento

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui dividas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. Ao emissor

a.1 Crescimento Futuro da Companhia Poderá Exigir Capital Adicional O capital atual disponível para a Companhia poderá ser insuficiente para financiar eventuais custos operacionais futuros, de forma que seja necessária a captação de recursos adicionais, através de fontes distintas. Não se pode assegurar que haverá disponibilidade de capital adicional nem que as condições serão satisfatórias para a Companhia.

a.2 Registro Junto à CVM

A Companhia é uma instituição não financeira, securitizadora de créditos imobiliários, nos termos do Art. 3º da Lei 9.514 de 20 de Novembro de 1997, cuja atividade depende de seu registro como companhia aberta junto à CVM. O eventual não atendimento dos requisitos exigidos para o funcionamento da Companhia como companhia aberta pode resultar na suspensão ou até mesmo no cancelamento de seu registro junto à CVM, o que comprometeria sua atuação no mercado de securitização imobiliária.

a.3 Manutenção de Equipe Qualificada

A qualidade dos serviços prestados pela Companhia está diretamente relacionada à qualificação dos diretores e outras pessoas-chave, portanto não é possível garantir que a Companhia conseguirá manter a equipe atual e/ou atrair novos colaboradores no mesmo nível de qualificação.

b. Ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Caso a Companhia venha a ter um novo grupo de acionistas controladores, estes serão detentores de poderes para, entre outros, eleger os membros do Conselho de Administração. As deliberações do Conselho de Administração poderão afetar, entre outras atividades, (i) operações com partes relacionadas, (ii) reestruturações societárias e (iii) distribuição de dividendos. Os interesses dos acionistas controladores poderão, eventualmente, divergir dos interesses dos demais acionistas da Companhia.

c. Aos seus acionistas

c.1 Possibilidade de Diluição dos Acionistas A eventual futura necessidade de capital pela Companhia, pode ser suprida, dentre outras formas, por meio de emissão primária de ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos atuais acionistas, caso estes não venham a subscrever, na proporção de sua participação acionária, as novas ações emitidas.

c.2 Distribuição de Dividendos De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia está obrigada a pagar aos seus acionistas

20% (vinte por cento) de lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizando-se este lucro para compensar prejuízos ou, então, retê-lo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não realizar o pagamento

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de dividendos aos seus acionistas, em qualquer exercício social, se os administradores assim manifestarem, e desde que a Assembléia Geral de Acionistas da Companhia aprove, ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

d. Controladas e Coligadas

A Companhia não possui controladas e/ou coligadas.

e. Fornecedores

A Companhia não vislumbra riscos relacionados aos seus fornecedores, entre eles escritórios de advocacia, agente fiduciário, agências de rating e prestadores de serviços de custódia e liquidação.

f. Clientes

Não vislumbramos riscos relacionados aos clientes da Companhia.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

g.1 Inflação

Até a implantação do Plano Real, em 1994, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente elevadas. O combate à inflação, no âmbito do Regime de Metas de Inflação adotado pelo Banco Central do Brasil, exigiu, e, em determinados momentos, ainda exige, a adoção de uma política monetária restritiva, com altas taxas de juros. Elevadas taxas de juros encarecem o crédito, o que causa um impacto negativo sobre o crescimento econômico. Medidas de combate à inflação e especulação sobre possíveis medidas também podem contribuir de forma relevante para incertezas sobre a economia no Brasil e enfraquecer a confiança do investidor no Brasil, podendo afetar a nossa capacidade de acessar fontes de financiamento, incluindo o acesso a mercado de capitais internacional. Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo. A ausência de crescimento pode resultar em dificuldade de devedores para honrar seus compromissos, gerando um aumento de inadimplência sobre valores mobiliários lastreados em créditos privados, entre eles, os Certificados de Recebíveis Imobiliários.

g.2 Política Monetária O Regime de Metas de Inflação adotado pelo Banco Central brasileiro utiliza a taxa de juros

como a sua principal ferramenta. Uma política monetária mais restritiva, resultado do aumento da taxa de juros, pode ter efeitos nocivos na economia, causando, entre outras consequências, baixo crescimento e, até mesmo, recessão. Adicionalmente, juros mais elevados poderão impactar negativamente nas operações com valores mobiliários de crédito privado, entre eles os Certificados de Recebíveis Imobiliários, uma vez que os mesmos poderão perder sua atratividade em face dos valores mobiliários emitidos pelo governo.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g.3 Ambiente Macroeconômico Internacional

O valores dos títulos e valores mobiliários, entre eles, os dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, podem ser afetados pelas condições econômicas e de mercado de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos em outros países pode causar uma fuga de investidores do Brasil, dificultando a captação de recursos para companhias sediadas no Brasil, o que teria um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive sobre os Certificados de Recebíveis Imobiliários, que poderiam ter sua liquidez reduzida diante de eventos desta natureza.

h. À Regulação dos Setores em que o Emissor atue

h.1 Decisões Judiciais sobre a MP 2158-35 podem comprometer o regime fiduciário sobre os créditos imobiliários vinculados a Certificados de Recebíveis Imobiliários A Medida Provisória nº 2158-35, de 24 de agosto de 2001, em seu artigo 76, estabelece que "as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos em relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos". Em seu parágrafo único, prevê que "desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação".

Dessa forma os credores fiscais, previdenciários ou trabalhistas que a Companhia eventualmente venha a ter, poderão concorrer de forma privilegiada com os titulares dos CRI sobre o produto de realização dos créditos imobiliários em caso de falência, ainda que integrantes do Patrimônio Separado de cada emissão. Portanto, caso a Companhia não honre suas obrigações fiscais, previdenciárias ou trabalhistas, os créditos imobiliários que servem de lastro para as emissões de CRI poderão vir a ser acessados para a liquidação de tais passivos, afetando a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações sob os CRI de sua emissão.

h.2 Legislação Recente e Ausência de Jurisprudência

As operações com Certificados de Recebíveis Imobiliários são realizadas considerando um modelo financeiro, econômico e jurídico que considera um conjunto de rigores e obrigações estipuladas através de contratos públicos e privados, tendo por diretrizes a legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição de jurisprudência aplica ao mercado de capitais brasileiro, especialmente para esse tipo de operação financeira, em situações adversas, é possível que existam perdas, totais ou parciais, por parte das partes envolvidas em decorrência da interpretação dos tribunais sobre a estrutura utilizada.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia atua exclusivamente no Brasil.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

COMPANHIA NIVEL B

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

COMPANHIA NIVEL B

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

COMPANHIA NIVEL B

4.5 - Processos sigilosos relevantes

COMPANHIA NIVEL B

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

COMPANHIA NIVEL B

4.7 - Outras contingências relevantes

COMPANHIA NIVEL B

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar: (a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos; (b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários; (c) hipóteses de cancelamento de registro; (d) outras questões do interesse dos investidores

A Companhia atua exclusivamente no Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos de Mercado

A ISEC, sua condição financeira e os resultados das suas operações podem ser adversamente afetados em razão de mudanças nas políticas públicas nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como de outros fatores, tais como:

- inflação;
- taxas de juros;
- variação nas taxas de câmbio;
- políticas de restrição e controle cambial.
- ambiente relacionado às operações dos nossos negócios;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e nos mercados de empréstimos;
- política fiscal e regime tributário.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

COMPANHIA NIVEL B

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

COMPANHIA NIVEL B

5.4 - Outras informações relevantes

COMPANHIA NIVEL B

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	05/03/2007
Forma de Constituição do Emissor	<p>A Imowel Securitizadora, sociedade anonima, constituída em 05/03/2007 tem como objeto social a prática de operações de:</p> <ul style="list-style-type: none">a) aquisição e securitização de créditos imobiliários passíveis de securitização;b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades;c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários;d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários. <p>A Companhia obteve a homologação de seu registro em 02 de julho de 2007, junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), condição básica para o desenvolvimento dos negócios.</p>
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/07/2007

6.3 - Breve histórico

Constituída em 05 de março de 2007, a Imowel Securitizadora S.A. permaneceu na condição pré-operacional até novembro de 2012, quando passou por uma reestruturação societária e de gestão e também alterou sua razão social para ISEC Securitizadora S.A..

Atualmente a ISEC conta com um capital social integralmente subscrito no total de R\$ 273.205,00, representado por 272.205 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 1.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto.

A partir da reestruturação societária e gerencial realizada em novembro de 2012 a ISEC Securitizadora iniciou suas atividades operacionais dentro dos seus objetivos sociais, atuando na originação e estruturação de Certificados de Recebíveis Imobiliários. Para tanto, estruturou sua área comercial e administrativa atuando fortemente na originação de negócios. Como resultado desta estruturação teve neste trimestre o fechamento de 3 operações envolvendo a compra de Cédulas de Crédito Bancário Imobiliário e respectiva emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, ambos sob o Regime Fiduciário.

O total de CRIs emitidos sob o regime Fiduciário no 1º trimestre de 2013 foi de R\$ 46.131 mil, correspondendo ao total da carteira em aberto. A receita total gerada a partir das novas operações realizadas neste trimestre foi de R\$ 2.392 mil.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

A **IMOWEL SECURITIZADORA S/A (“Companhia”)**, constituída em 05 de março de 2007, tendo como objeto social a prática de operações de:

- a) aquisição e securitização de créditos imobiliários passíveis de securitização;
- b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades;
- c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários;
- d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários.

A Companhia obteve a homologação de seu registro em 02 de julho de 2007, junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), condição básica para o desenvolvimento dos negócios.

“Aumento de Capital e Reorganização Societária”:

Em 29 de Novembro de 2012, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$272.205,00 (duzentos e setenta dois mil, duzentos e cinco reais), sendo integralizado pelos acionistas através da incorporação dos empréstimos existentes. No mesmo dia, foi alterada a composição acionária da Companhia, passando a fazer parte a Elam Gestora de Negócios Ltda, com 33,33% das ações e a Exec Holding Ltda, também com 33,33% das ações, permanecendo o Sr. Wolf Vel Kos Trambuch com os demais 33,34%. Por conta desta nova composição foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária definindo um novo Conselho de Administração e também uma nova Diretoria. Neste ato também foi aprovada a nova denominação social : **ISEC Securitizadora S/A.** A alteração societária, e as definições do novo conselho e diretoria têm como objetivo o início das operações da empresa a partir de um plano de negócios aprovado pelos sócios.”

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 Pedido de falência fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A ISEC SECURITIZADORA S/A tem como objeto social a prática de operações de:

- a) aquisição e securitização de créditos imobiliários passíveis de securitização;
- b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades;
- c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários;
- d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Em atendimento ao Comunicado Externo BM&FBovespa 017/2011-DP, a ISEC Securitizadora S.A. informa que não publica relatório de sustentabilidade ou similar, no entanto, entendemos a importância do tema e estamos realizando estudos para implantação de políticas e práticas sustentáveis, assim como a divulgação do relatório.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

COMPANHIA NIVEL B

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

COMPANHIA NIVEL B

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	22/01/2016
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 22 de janeiro de 2016, as acionistas Elam Gestora de Negócios Ltda.-EPP e EXEC Holding Ltda., transferiram ao acionista Wolf Vel Kos Trambuch, a totalidade de suas ações, ou seja, 66,66% da totalidade das ações emitidas pela Companhia. Nesse sentido, o acionista Wolf Vel Kos Trambuch passa a ser o acionista controlador da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da ISEC Securitizadora S.A., levantadas em 31/12/2013, bem como o parecer dos Auditores Independentes.

Constituída em 05 de março de 2007, a ISEC conta atualmente com um capital social integralmente subscrito no total de R\$ 273.205,00, representado por 272.205 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 1.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto.

A partir da reestruturação societária e gerencial realizada em novembro de 2012 a ISEC Securitizadora iniciou suas atividades operacionais atuando na originação e estruturação de Certificados de Recebíveis Imobiliários. Para tanto, estruturou sua área comercial e administrativa atuando da originação de negócios.

Como resultado desta estruturação a ISEC originou e estruturou seis operações, sendo três delas realizadas no primeiro trimestre, uma no segundo trimestre, 1 no terceiro trimestre e mais uma no quarto trimestre de 2013. Estas operações envolveram a aquisição de Cédulas de Crédito Imobiliário e respectiva emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, ambos sob o Regime Fiduciário.

Neste quarto trimestre a ISEC realizou a emissão de mais uma série de CRI, sob o regime fiduciário no montante de R\$ 25.000 mil. O valor atualizado desta série se soma ao saldo das emissões realizadas nos períodos anteriores, totalizando em 31/12/2013 uma carteira de CRIs com valor atual de R\$ 117.763 mil.

A originação de negócios, de receitas e as despesas operacionais ficaram em linha com as previsões orçamentárias realizadas para o ano de 2013.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA NIVEL B

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

COMPANHIA NIVEL B

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

COMPANHIA NIVEL B

10.5 - Políticas contábeis críticas

COMPANHIA NIVEL B

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A Companhia mantém uma estrutura interna, composta por profissionais qualificados e sistemas modernos, responsável pelo monitoramento e controle das operações realizadas. Um dos objetivos da estrutura é a verificação imediata de qualquer evento que possa impactar as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia entende que o grau de eficiência de controles internos é adequado para o seu modelo de negócio, considerando a quantidade de transações realizadas e o volume destas operações.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Os relatórios dos auditores independentes não apresentaram recomendações sobre os controles internos do emissor.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

COMPANHIA NIVEL B

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

COMPANHIA NIVEL B

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

COMPANHIA NIVEL B

10.10 - Plano de negócios

COMPANHIA NIVEL B

10.11 - Outros fatores com influência relevante

COMPANHIA NIVEL B

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. Projeções divulgadas e premissas

O emissor não tem como prática divulgar projeções e estimativas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2.Acompanhamento das Projeções

O emissor não tem como prática divulgar projeções e estimativas

ISEC SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08
NIRE Nº 35.300.340.949

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2016**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Iniciada em trinta dias de abril de 2016, às 14:00h, na sede social da companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04538-004.
2. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
3. **PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
4. **MESA:** Presidente: **Sr. WOLF VEL KOS TRAMBUCH** e Secretário: **Sr. IVO VEL KOS**.
5. **ORDEM DO DIA:** Aceitar o pedido de renúncia do cargo de Diretor Presidente e aprovar a eleição da nova Diretoria da Companhia.
6. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, aceitar o pedido de renúncia do cargo de Diretor Presidente da Companhia apresentado pelo Sra. **OLGA VEL KOS TRAMBUCH**, agradecendo-lhe os serviços prestados. Outrossim, os Conselheiros aprovam, por unanimidade de voto, eleger os seguintes membros da Diretoria da Companhia, para um mandato de 3 (três) anos, ou seja, até 29 de abril de 2019:
 - (a) **FERNANDO PINILHA CRUZ**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de identidade RG nº 6.897.361-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o 013.106.988-80, com endereço na Rua Passo da Pátri nº 1.251, apto 51, Bela Aliança, CEP: 05085-, para o cargo de Diretor Presidente.
 - (b) **SARAH BALESTERO**, brasileira, divorciada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34.058.605-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 313.279.398-19, residente e domiciliada na Rua Doutor Fadlo Haidar, nº 170, apto 37, na cidade de São Paulo, CEP: 04545-050 para no cargo de Diretora sem denominação específica.

Mantendo-se no cargo de Diretor de Relação com Investidor:



- (c) **WOLF VEL KOS TRAMBUCH**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº02.502.982-8 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 298.783.227-34, residente e domiciliado na Rua Caconde, nº546, apartamento 41, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01425-010, para o cargo de Diretor de Relação com Investidores; e

6.1. Os Diretores ora nomeados declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos por lei especial a exercerem cargos de diretores de sociedade empresária, bem como não estão sujeitos a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não estando impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade em virtude de qualquer condenação criminal ou administrativa.

6.2. Os membros da Diretoria ora eleitos tomarão posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria, em até 30 (trinta) dias contados desta data.

7. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para lavratura da presente ata, lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

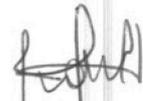
8. PRESENÇA: Mesa: Wolf Vel Kos Trambuch (Presidente) e Ivo Vel Ko (Secretário).
Conselheiros Presentes: Sr. Wolf Vel Kos Trambuch, Sr. Ivo Vel Kos e Sra. Olga Vel Kos Trambuch.
Diretores Eleitos: Fernando Pinilha Cruz, Sarah Balestero. Membro Retirantes: Olga Vel Kos Trambuch. Acionistas: Wolf Vel Kos Trambuch e Olga Vel Kos Trambuch.

Declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 30 de abril de 2016.

Mesa:


WOLF VEL KOS TRAMBUCH
Presidente


IVO VEL KOS
Secretário

Diretores Eleitos:

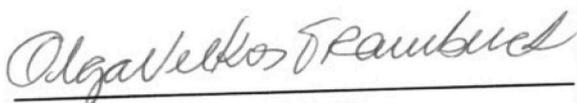

FERNANDO PINILHA CRUZ


SARAH BALESTERO

TERMO DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, a Sra. **OLGA VEL KOS TRAMBUCH**, brasileira, casada, médica, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.609.245-2, inscrita no CPF/MF sob nº 599.942.157-87, residente e domiciliada na Rua Caconde nº 546, apto 41, na cidade e estado de São Paulo, CEP 01425-010, membro da Diretoria da **ISEC SECURITIZADORA S.A.**, sociedade anônima com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04538-004 ("Companhia"), renuncia expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu cargo como Diretora Presidente da Companhia, outorgando para a Companhia e desta recebendo, a mais ampla, plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar e/ou pretender haver, em juízo ou fora dele, a qualquer tempo e/ou a qualquer título, com relação a todo o período em que o ora signatário ocupou cargo na Diretoria da Companhia.

São Paulo, 30 de abril de 2016



OLGA VEL KOS TRAMBUCH

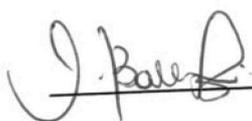


ISEC SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08
NIRE N° 35.300.340.949

TERMO DE POSSE DE DIRETOR

Sra. **SARAH BALESTERO**, brasileira, divorciada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34.058.605-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 313.279.398-19, residente e domiciliada na Rua Doutor Fadlo Haidar, nº 170, apto 37, na cidade de São Paulo, CEP: 04545-050, neste ato, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da ISEC SECURITIZADORA S.A., sociedade anônima com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04538-004 ("Companhia"), especialmente aqueles previstos no §1º do Art. 147, da Lei nº 6.404/76, ficando, assim, por força do presente Termo de Posse, investido no cargo de Diretora sem denominação específica, para o qual foi devidamente eleita, com mandato de 3 (três) ano, na Reunião de Conselho Administrativo realizada em 30 de abril de 2016, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela lei e pelo Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 30 de abril de 2016.



SARAH BALESTERO

ISEC SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08
NIRE N° 35.300.340.949

TERMO DE POSSE DE DIRETOR

Sr. **FERNANDO PINILHA CRUZ**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 6.897.361-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o 013.106.988-80, com endereço na Rua Passo da Pátria nº 1.251, apto 51, Bela Aliança, CEP: 05085-000, neste ato, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da ISEC SECURITIZADORA S.A., sociedade anônima com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04538-004 ("Companhia"), especialmente aqueles previstos no §1º do Art. 147, da Lei nº 6.404/76, ficando, assim, por força do presente Termo de Posse, investido no cargo de Diretor Presidente da Companhia, para o qual foi devidamente eleito, com mandato de 3 (três) ano, na Reunião de Conselho Administrativo realizada em 30 de abril de 2016, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela lei e pelo Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 30 de abril de 2016.



FERNANDO PINILHA CRUZ




12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Jornal o Dia - SP	29/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Jornal o Dia - SP	29/03/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Jornal o Dia - SP	29/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Jornal o Dia - SP	10/05/2013
		O Dia - SP	10/05/2013

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Nelson de Campos Jr.	49	Pertence apenas à Diretoria	27/11/2012	2 anos
740.477.957-04	advogado	10 - Diretor Presidente / Superintendente	27/11/2012	Sim
Moisés dos Santos Jardim	50	Pertence apenas à Diretoria	27/11/2012	2 anos
292.121.460-15	gestor financeiro	diretor adm financeiro	27/11/2012	Não
Alvaro Alberto Souto Filgueira Barreto	73	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/11/2012	2 anos
002.914.714-04	engenheiro civil	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/11/2012	Não
Alvaro Alberto Souto Barreto Rezende	27	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/11/2012	2 anos
054.085.074-83	advogado	Gerente de estruturação	27/11/2012	Não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Nelson de Campos Jr. - 740.477.957-04

Advogado, com MBA em Serviços pelo IBMEC, possui experiência no mercado financeiro na direção de instituições financeiras, especialmente na área comercial, captação de recursos e estruturação de operações de crédito.

Moisés dos Santos Jardim - 292.121.460-15

Executivo da área financeira com atuação no segmento de varejo bancário, onde atuou nas áreas de gestão de risco, controladoria e estruturação de negócios.

Alvaro Alberto Souto Filgueira Barreto - 002.914.714-04

Engenheiro civil com larga experiência no mercado imobiliário, presidente da CHB Cia Hipotecária Brasileira.

Alvaro Alberto Souto Barreto Rezende - 054.085.074-83

Advogado com experiência em estruturação de operações no mercado imobiliário, atuando na CHB Cia Hipotecária Brasileira.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Nelson de Campos Jr. 740.477.957-04	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	advogado 49	27/11/2012 27/11/2012	2 anos
Moisés dos Santos Jardim 292.121.460-15	Comitê de Estrutura Organizacional	Membro do Comitê (Efetivo)	gestor financeiro 50	27/11/2012 27/11/2012	2 anos



ISEC Securitizadora S/A
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08
NIRE Nº 35.300.340.949

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2014

DATA, HORA E LOCAL:

30 de abril de 2014, às 18h00min, na sede social situada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 1123, 21º andar, CJ 215, Itaim Bibi, São Paulo, SP.

PRESENCAS:

Srs. Alvaro Alberto Souto Figueira Barreto, Wolf Vel Kos Trambuch, Moisés dos Santos Jardim.

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Sr. Alvaro Alberto Souto Figueira Barreto (Presidente) e Wolf Vel Kos Trambuch (Secretário).

ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: Os Srs. Conselheiros, por unanimidade de votos, sem reservas ou ressalvas, tomaram as seguintes deliberações:

1. DA VALIDAÇÃO DA FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES

O Conselho estabeleceu a remuneração anual dos diretores da companhia, e fixou em R\$ 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais), a remuneração do Diretor Presidente, Sr. Nelson de Campos Júnior, e em R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), a remuneração do Diretor de Relação com Investidores, Sr. Wolf Vel Kos Trambuch.

2. DA POSSE DE NOVO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os acionistas, na AGOE de 30/04/2014, acataram o pedido de renúncia do Sr. Alvaro Alberto Souto Barreto Rezende, brasileiro, casado, advogado, portador do RG n.º 0189.3024 SSP/RN, inscrito no CPF sob o n.º 054.085.074-83, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itararé, n.º 168, apto 164, Bela Vista, CEP 01308-030, como membro do Conselho de Administração, e elegeram, por unanimidade, o Sr. Moisés dos Santos Jardim, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG n.º 6010294772 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 292.121.460-15, residente e domiciliado no Município de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santo André, n.º 85, Granja Vianna, CEP 06708-570, para completar o mandato de conselheiro renunciante. O novo membro do Conselho inicia seu mandato a partir desta data, e declara, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial a exercer cargo de diretor de sociedade empresária, bem como não está sujeito a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tomando posse do respectivo cargo, após o cumprimento das exigências legais e estatutária, mediante assinatura nos termos de posse lavrado em livro próprio.

3. DA RENÚNCIA E ELEIÇÃO DE MEMBRO DA DIRETORIA DA COMPANHIA

O Conselho aceita a renúncia do cargo de diretor da companhia do Sr. Moisés dos Santos Jardim, acima qualificado, e acata a decisão dos acionistas tomada em AGOE de 30/04/2014, de não eleger novo membro da Diretoria da companhia neste momento, em face da permissão do art. 13, Parágrafo Único, do Estatuto Social da ISEC.

- VAMPRE
JORO JANNEO
AUTORIZADO
O - CAPITAL



4. DA MANUTENÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA O EXERCÍCIO FISCAL

O Conselho decide manter inalterados os Auditores Independentes para o exercício fiscal de 2014.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a ser tratado, se deu por encerrados os trabalhos, lavrou-se a presente Ata a que se refere esta Reunião do Conselho de Administração que, após lida e aprovada, foi assinada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes e pelo secretário.

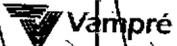
São Paulo – SP, 30 de abril de 2014.

Declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

140

Wolf Vel Kos Trambuch

Wolf Vel Kos Trambuch
Secretário



14º Tabelião de Notas de São Paulo
Rua Antônio Bicaudo, 64 | Pinheiros | CEP: 05418-010 | São Paulo
Fone: (11) 3065.4500 | Fax: (11) 3088.0292 | www.vampre.com.br

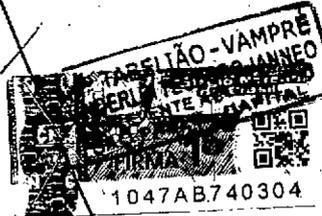
Reconheço por Semelhança a(s) firma(s) de:

WOLF VEL KOS TRAMBUCH

São Paulo, 07 de Maio de 2014. C. Seg: 88820216. 10:17:55h

R\$ 4,50 SEL 0(0) 1047AB740304

Válido somente com o selo de autenticação



13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais**

				Total
Nº de membros				0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore				0,00
Benefícios direto e indireto				0,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações				0,00
Observação				
Total da remuneração				0,00

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

Nº de membros
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

COMPANHIA NIVEL B

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Wolf Vel Koss Trambuch						
298.783.227-34		Não	Não			
	272.205	100,000000%	1.000	100,000000%	273.205	100,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%				
TOTAL	272.205	100,000000%	1.000	100,000000%	273.205	100,000000%

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/11/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	272.205	99,633974%
Quantidade preferenciais (Unidades)	1.000	0,366026%
Total	273.205	100,000000%

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CHB Cia Hipotecária Brasileira	03/01/2013	0,00	a participação é definida a cada operação cfe originação do cliente	não é possível aferir	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Cia Hipotecária responsável pela emissão de CCBs.						
Objeto contrato	Contratos envolvendo a participação da CHb na Originação dos crédito e na participação das receitas destas operações						
Garantia e seguros	não existem						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Item facultativo.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/11/2012	273.205,00		272.205	1.000	273.205
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	1.000				

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	15/12/2015
Data de vencimento	15/12/2021
Quantidade (Unidades)	873
Valor total (Reais)	43.700.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	.
Outras características relevantes	.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	14/01/2013
Data de vencimento	07/01/2019
Quantidade (Unidades)	33
Valor total (Reais)	10.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	.
Outras características relevantes	.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	07/02/2013
Data de vencimento	07/01/2022
Quantidade (Unidades)	110

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor total (Reais)	33.058.895,44
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	.
Outras características relevantes	.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	07/01/2013
Data de vencimento	07/01/2019
Quantidade (Unidades)	10
Valor total (Reais)	3.070.272,54
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	.
Outras características relevantes	.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	02/07/2013
Data de vencimento	08/09/2021
Quantidade (Unidades)	140
Valor total (Reais)	42.090.488,47
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários .

Outras características relevantes .

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	02/07/2013
Data de vencimento	08/09/2021
Quantidade (Unidades)	7
Valor total (Reais)	2.246.611,17
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	.
Outras características relevantes	.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	02/07/2013
Data de vencimento	08/09/2021
Quantidade (Unidades)	1
Valor total (Reais)	300.174,20
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	.
Outras características relevantes	.

Valor mobiliário **Certificados de Recebíveis Imobiliários**

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	01/11/2013
Data de vencimento	07/03/2018
Quantidade (Unidades)	55
Valor total (Reais)	16.803.415,51
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	22/05/2013
Data de vencimento	07/06/2019
Quantidade (Unidades)	49
Valor total (Reais)	14.971.561,81
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	19/12/2013
Data de vencimento	07/12/2018
Quantidade (Unidades)	62
Valor total (Reais)	18.800.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	19/12/2013
Data de vencimento	07/12/2018
Quantidade (Unidades)	14

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor total (Reais)	4.700.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	30/06/2014
Data de vencimento	05/03/2022
Quantidade (Unidades)	70
Valor total (Reais)	21.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	.
Outras características relevantes	.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	31/07/2014
Data de vencimento	05/08/2024
Quantidade (Unidades)	51
Valor total (Reais)	15.336.435,54
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	.
Outras características relevantes	.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
-------------------------	--

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	31/07/2014
Data de vencimento	05/08/2024
Quantidade (Unidades)	7
Valor total (Reais)	2.291.665,34
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	.
Outras características relevantes	.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	05/11/2014
Data de vencimento	05/11/2019
Quantidade (Unidades)	27
Valor total (Reais)	8.250.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	,
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	,
Outras características relevantes	,

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	CRI
Data de emissão	15/12/2015
Data de vencimento	15/12/2021
Quantidade (Unidades)	873

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor total (Reais)	43.700.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação:

BM&F Bovespa e CETIP.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

COMPANHIA NIVEL B

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8 Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor .

Além das ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor e descritas no item 18.5 acima Formulário, não houve emissão de outros valores mobiliários do emissor.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

O emissor está apto para atender às exigências relativas à divulgação, previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

COMPANHIA NIVEL B

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

COMPANHIA NIVEL B

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Não há.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

COMPANHIA NIVEL B

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

COMPANHIA NIVEL B

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.